



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

[www.fernandoprestes.sp.gov.br](http://www.fernandoprestes.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando\\_prestes](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando_prestes)

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 1 de 8

### SUMÁRIO

|                              |   |
|------------------------------|---|
| <b>Poder Executivo</b> ..... | 2 |
| <b>Editais</b> .....         | 2 |

### EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Fernando Prestes, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

### ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Fernando Prestes poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.fernandoprestes.sp.gov.br](http://www.fernandoprestes.sp.gov.br)

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando\\_prestes](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando_prestes)

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

### ENTIDADES

#### **Prefeitura Municipal de Fernando Prestes**

CNPJ 47.826.763/0001-50

Rua São Paulo, nº 57 - Centro

Telefone: (16) 3258-1138

E-mail: [pmfp@fernandoprestes.sp.gov.br](mailto:pmfp@fernandoprestes.sp.gov.br)

Sítio: [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando\\_prestes](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando_prestes)

#### **Câmara Municipal de Fernando Prestes**

CNPJ 49.227.770/0001-60

Rua São Paulo, nº 56

Telefone: (16) 3258-1273

Sítio: [www.camarafernandoprestes.sp.gov.br](http://www.camarafernandoprestes.sp.gov.br)



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Fernando Prestes garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.fernandoprestes.sp.gov.br](http://www.fernandoprestes.sp.gov.br)

Compilado e também disponível em [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando\\_prestes](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/fernando_prestes)



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 2 de 8

### PODER EXECUTIVO

#### Editais

#### ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 01/2023

**A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES, SRA. JULIANA REGINA REMONDINI JURCOVICH**, no uso da atribuição que lhe é conferida por lei, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, RESOLUÇÃO CONANDA Nº 231 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 e conforme Resolução do CMDCA nº 01/2023 ;

#### 1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

**1.1.** O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assim como pela Lei Municipal nº 1.636/1998, sendo realizado sob a responsabilidade deste Conselho e fiscalização do Ministério Público;

**1.2.** Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante processo de eleição pelos eleitores do município, em data de **01 de outubro de 2023**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de **10 de janeiro de 2024**;

**1.3.** Assim sendo, como forma de dar ampla visibilidade e regulamentar o Processo de Escolha do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

#### 2. DO CONSELHO TUTELAR:

**2.1.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos;

**2.2.** Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas na Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 1.636/1998;

**2.3.** O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Fernando Prestes visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes no colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

**2.4.** A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

#### 3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

**3.1.** Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 5º, da Lei Municipal nº 1637/98, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;  
III - Residência no Município, por mais de dois anos;  
IV - Estar em gozo dos direitos políticos;  
V - Não ter sofrido nenhuma condenação definitiva, pela prática de qualquer crime.

**3.2.** O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato de registro da candidatura.

#### 4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

**4.1.** Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 13 da Lei Municipal nº 1.637/1998 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

**4.2.** O valor do vencimento é a Referência 01 do Quadro de Servidores Municipais , ou seja, R\$ 1.639,75 (Hum mil seiscientos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos ) por mês ;

**4.3.** Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

**a)** O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

**b)** A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

#### 5. DOS IMPEDIMENTOS:

**5.1.** São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA .

**5.2.** Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

**5.3.** Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

**5.4.** É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

**a)** tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

#### 6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

**6.1.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 3 de 8

presente Processo de Escolha;

**6.2.** Compete à Comissão Especial Eleitoral:

**a)** Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

**b)** Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

**c)** Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

**d)** Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

**e)** Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;

**f)** Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

**g)** Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

**h)** Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

**i)** Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

**j)** Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

**k)** Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

**6.3.** Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

### **7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:**

**7.1.** O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o **calendário** anexo ao presente Edital;

**7.2.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispendo sobre:

**a)** Inscrições e entrega de documentos;

**b)** Relação de candidatos inscritos;

**c)** Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;

**d)** Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;

**g)** Dia e local de votação;

**h)** Resultado preliminar do pleito, logo após o

encerramento da apuração;

**i)** Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

**j)** Termo de Posse.

### **8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:**

**8.1.** A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

**8.2.** A inscrição do candidato será efetuada pessoalmente na sede do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Fernando Prestes, na Avenida Pedro Paulo di Foggi, nº 09, nesta cidade, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, entre os dias 10 de Abril de 2023 à 14 de Abril de 2023;**

**8.3.** Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

**a)** Fotocópia da carteira de identidade ou documento equivalente;

**b)** Fotocópia Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa da última eleição;

**c)** Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

**d)** Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

**e)** Comprovante de conclusão do Ensino Médio.

**f)** Comprovante de endereço.

**8.4.** A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

**8.5.** Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

**8.6.** As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

### **9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

**9.1.** Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 10 (dez) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

**9.2.** A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 03 (três) dias, após a publicação referida no item anterior.

### **10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:**

**10.1.** Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 03 (três) dias contados da



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 4 de 8

publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

**10.2.** Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 03 (três) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 03 (três) dias para apresentar sua defesa;

**10.3.** A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

**10.4.** A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 03 (três) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

**10.5.** Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do pleito;

**10.6.** As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

**10.7.** Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior;

**10.8.** Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos **candidatos habilitados a participar do pleito**; com cópia ao Ministério Público;

**10.9.** Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

### **11. O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMEBROS DO CONSELHO TUTELAR SE DARA EM DUAS ETAPAS**

**11.1.** Somente os candidatos com inscrição deferida poderão iniciar os trabalhos de campanha eleitoral;

**11.2.** O processo de escolha através de eleição realizar-se-á no dia 01 de outubro de 2023, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90;

**11.4.** As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

**11.5.** Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

**11.6.** As mesas receptoras de votos deverão lavar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

**11.7.** Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

**11.8.** O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

**11.9.** O eleitor poderá votar em apenas **um** candidato;

**11.10.** Os votos que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

**11.11.** Será também considerado inválido o voto:

**a)** cuja cédula contenha rasuras;

**b)** cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

**c)** cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

**d)** que tiver o sigilo violado.

**11.12.** Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

**11.13.** Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

### **12. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:**

**12.1.** Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

**12.2.** É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

**12.3.** Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 11.2 deste Edital;

**12.4.** A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

**12.5.** Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

**12.6.** As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;

**12.7.** Os debates deverão ter regulamento próprio, a



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 5 de 8

ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

**12.8.** Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

**12.9.** É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

**12.10.** É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

**12.11.** Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

**12.12.** A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

### **13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:**

**13.1.** Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

**13.2.** É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

**13.3.** Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

**13.4.** Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

### **14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:**

**14.1.** Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará

divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

### **15. DA POSSE:**

**15.1.** A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia **10 de janeiro de 2024**, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

**15.2.** Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**16.1.** Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

**16.2.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 1.636/1998;

**16.3.** É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

**16.4.** É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

**16.5.** Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

**16.6.** O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais.

Fernando Prestes, 30 de Março de 2023

**JULIANA REGINA REMONDINI JURCOVICH**

**Presidente do CMDCA**

### **ANEXO I**

#### **Calendário Referente ao Edital nº 01/2023 do CMDCA**

| EVENTO                      | DATA                    |
|-----------------------------|-------------------------|
| Publicação do Edital        | 31/03/2023              |
| Inscrições na sede do CMDCA | 10/04/2023 À 14/04/2023 |
| Prova preliminar            | 02/07/2023              |
| Dia da votação              | 01/10/2023              |



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 6 de 8

Posse e diplomação dos eleitos

10/01/2024

### RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE MARÇO DE 2023

*DISPÕE SOBRE A  
REGULAMENTAÇÃO DO  
PROCESSO ELEITORAL PARA A  
ESCOLHA DE MEMBROS DO  
CONSELHO TUTELAR, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

JULIANA REGINA REMONDINI JURCOVICH, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Fernando Prestes, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** O processo eleitoral para a escolha de membros efetivos e suplentes do Conselho Tutelar do Município de Fernando Prestes, será realizado pela Comissão Especial Eleitoral, sob a fiscalização do Ministério Público, regular-se-á na forma desta Resolução, com base na legislação vigente.

**Parágrafo único.** As inscrições serão realizadas no período de 10 de Abril de 2023 à 14 de Abril de 2023;

**Art. 2º** Para efeito de inscrição como candidato a membro efetivo ou suplente do Conselho Tutelar, exigir-se-á o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residência no Município, por mais de dois anos;
- IV - Estar em gozo dos direitos políticos;
- V - Não ter sofrido nenhuma condenação definitiva, pela prática de qualquer crime.

**§ 1º** No ato da inscrição o candidato deverá entregar a ficha de inscrição preenchida, bem apresentar os seguintes documentos:

- I - Certidões de antecedentes criminais fornecidas pela justiça criminal federal e estadual;
- II - Fotocópia simples da cédula de identidade e CPF;
- III - Comprovante de residência no Município de Fernando Prestes através de contrato de locação, contas de água, luz, telefone e outros documentos oficiais, a exemplo (holerite, declaração de imposto de renda);
- IV - Declaração da Justiça Eleitoral, que comprove quitação eleitoral;
- V - Fotocópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, sendo do sexo masculino;
- VI - Atestado médico emitido em no máximo de 60 dias, observada a data final de inscrição que ateste estar em boas condições de saúde física e mental.

**§ 2º** Não poderão participar do processo de escolha:

- I - Conselheiros e Conselheiras Tutelares que exerceram a função em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

**Art. 3º** O pedido de inscrição do candidato será autuado pela Comissão Especial Eleitoral, que dará ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos,

facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

**§ 1º** Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Especial Eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

**§ 2º** Das decisões relativas aos recursos ou impugnações, caberá recurso em segunda instância, à Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação do ato.

**Art. 4º** As eleições diretas para a escolha dos membros do Conselho Tutelar serão realizadas no dia 01 de outubro de 2023, das 8:00 às 17:00 horas, na EMEF "Professora Clélia Machado de Freitas", localizada à Rua José Agustoni, nº 777, Centro, na cidade de Fernando Prestes, e, na EMEF "Vergílio da Silva Camargo", localizada na Rua Coronel Camisão, nº 514, no Distrito de Agulha.

**Art. 5º** O voto será facultativo, secreto e uninominal, nas eleições diretas e destinadas a escolha dos membros efetivos e suplentes do Conselho Tutelar, sendo permitido o comparecimento de qualquer cidadão, maior de 16 (dezesseis) anos, desde que inscrito como eleitor no Município de Fernando Prestes e em pleno gozo de seus direitos políticos.

**Art. 6º** As cédulas eleitorais, que deverão ser confeccionadas pela Prefeitura Municipal de Fernando Prestes, mediante modelo previamente aprovado pela Comissão Especial Eleitoral, conterão, obrigatoriamente, os nomes de todos os candidatos habilitados, de acordo com a ordem de inscrição prévia.

**§ 1º** Para manifestar sua intenção de voto, bastará ao eleitor colocar um "X" no quadrilátero à esquerda do nome do candidato de sua preferência, na cédula eleitoral.

**§ 2º** No resultado das eleições, não serão computados os votos brancos e nulos, sendo considerados eleitos para o Conselho Tutelar:

I - como membros efetivos, os cinco primeiros candidatos mais votados;

II - como membros suplentes, os candidatos mais votados do sexto ao décimo lugares.

**§ 3º** Em caso de empate entre dois ou mais candidatos, será considerado eleito aquele que, mediante prova documental, for considerado o mais idoso.

**§ 4º** Persistindo o empate, de que trata o parágrafo anterior, será feito sorteio para a apuração do candidato vencedor, em ato público realizado pela Comissão Especial Eleitoral, devidamente registrado em ata circunstanciada.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 7 de 8

**Art. 7º** Os votos serão apurados imediatamente após o término da recepção, pelos membros da Comissão Especial Eleitoral, na presença de todos os candidatos habilitados e do público eleitor interessado no resultado das eleições.

**§ 1º** Concluída a apuração, de que trata este artigo, a Comissão Especial Eleitoral proclamará o resultado das eleições, devendo lavrar ata circunstanciada dos procedimentos eleitorais, constando os nomes dos candidatos eleitos, de acordo com a ordem de classificação final, juntamente com o respectivo número de votos ou sufrágios recebidos.

**§ 2º** Durante a marcha das apurações dos votos sufragados, poderão os candidatos apresentar impugnações, verbalmente, que serão tomadas, reduzidas a termo e decididas de plano pela Comissão Especial Eleitoral, em caráter definitivo.

**Art. 8º** Cabe recurso contra o resultado das eleições, ou de impugnação contra eventuais irregularidades cometidas durante o processo de votação ou de apuração dos votos, no prazo de 5 (cinco) dias, que deverá ser interposto ou dirigido para a Comissão Especial Eleitoral, que disporá do prazo de 3 (três) dias para proferir sua decisão.

**Parágrafo único.** Somente serão aceitos os recursos ou impugnações contra o resultado das eleições, pela Comissão Especial Eleitoral, desde que devidamente justificados e instruídos com razões objetivas e claramente fundamentadas, sendo indeferidos e não conhecidos os que contiverem intenção meramente protelatória.

**Art. 09.** Transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou de impugnação, ou em caso afirmativo, após o julgamento dos mesmos, os cinco primeiros candidatos eleitos, pela ordem seqüencial de votação, serão formalmente nomeados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem assim os três candidatos eleitos do sexto ao décimo lugares, que assumirão os cargos de membros suplentes do Conselho Tutelar.

**Parágrafo único.** A posse será divulgada logo em seguida, através de Decreto do Prefeito Municipal, que deverá ser publicado em órgão de imprensa escrita local ou regional, conforme a sua periodicidade.

**Art. 10.** É proibida a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, bem como, também, é proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais previamente autorizados pela Prefeitura Municipal, para utilização por todos os candidatos habilitados.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, com relação às condutas permitidas e vedadas aos candidatos, bem como a aplicação de sanções pelo descumprimento da norma em referência.

**Art. 11.** Nos termos do art. 13, § 1º, da Lei nº 1.637, de 15 de setembro de 1998, fica fixada a remuneração ou

gratificação mensal aos membros efetivos do Conselho Tutelar, enquadrada na Referência 01 do Quadro de Servidores Municipais que é o valor de R\$ 1.639, 75 (Hum mil seiscentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) por mês.

**Parágrafo único.** A remuneração ou gratificação mensal, fixada na forma deste artigo, não gera vínculo de emprego, nem relação jurídica contratual ou institucional com a municipalidade de Fernando Prestes, que será revista, periodicamente, nas mesmas condições, data e percentual que forem aplicados, por lei, aos servidores públicos municipais.

**Art. 12.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Tutelar, assumirá a vaga o membro suplente que houver obtido o maior número de votos nas eleições, de acordo com a ordem de classificação final dos candidatos eleitos.

**Art. 13.** São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes ou descendentes, sogro ou sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

**Parágrafo único.** Estende-se o impedimento de conselheiro tutelar, de que trata este artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, na Comarca do Município de Fernando Prestes.

**Art. 14.** O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

**Parágrafo único.** Os conselheiros tutelares gozarão de autonomia funcional, respeitadas suas prerrogativas, vantagens, deveres e atribuições previstas no art. 11, da Lei nº 1.637, de 15 de setembro de 1998, combinado com o art. 136, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 16.** Perderá o mandato o conselheiro tutelar que:

- I - Transferir sua residência para fora do Município de Fernando Prestes;
- II - Faltar injustificadamente a três reuniões consecutivas, ou a cinco alternadas, no mesmo ano;
- III - Deixar de cumprir as atribuições e deveres próprios de sua função;
- IV - For condenado em sentença irrecorrível por crime doloso.

**Art. 17.** A Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente designará, por ato próprio, a Comissão Especial Eleitoral, que ficará incumbida de coordenar e realizar as eleições para membros efetivos e suplentes do Conselho Tutelar.

**Art. 18.** O mandato do membro efetivo ou suplente do Conselho Tutelar será de 4 (quatro) anos, com posse no dia 10 de janeiro de 2024, nos termos do art. 132 combinado com as disposições previstas no art. 139, ambos da Lei Federal nº 8.069 de 1990 alterados pela Lei Federal nº 12.696/12.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES

Conforme Lei Municipal nº 2.145, de 06 de novembro de 2013

Sexta-feira, 31 de março de 2023

Ano X | Edição nº 795A

Página 8 de 8

Art. 19. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fernando Prestes, 28 de Março de 2023

JULIANA REGINA REMONDINI JURCOVICH

**Presidente do CMDCA**

### **RESOLUÇÃO Nº 02 DE 29 DE MARÇO DE 2.023**

*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, PARA COORDENAR AS ELEIÇÕES DIRETAS DESTINADAS À ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

JULIANA REGINA REMONDINI JURCOVICH Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Fernando Prestes, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados, por designação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL destinada a coordenar e a realizar as eleições diretas para a escolha de membros efetivos e suplentes do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Fernando Prestes, os seguintes membros:

I - ADILSON PEDRO MOLENA

II - ADRIANA PATRICIA RIZZO CONTRERA

III - LAURA MEDEIROS RAVAZZI

IV - EVERTON JUNIOR DOS SANTOS

§ 1º O exercício da função de membro da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL não será remunerado, mas considerado de relevante interesse público ao Município de Fernando Prestes.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fernando Prestes, 29 de Março de 2023

JULIANA REGINA REMONDINI JURCOVICH

**Presidente do CMDCA**